

Entrelaçamentos históricos acerca das crianças e das infâncias no Brasil

Pamela Cristina dos Santos

145

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009

O livro “A arte de governar crianças, está na segunda edição, um movimento dos/as pesquisadores afim de rever as produções publicadas no final do século passado e fazendo os devidos ajustes. Já no prefácio Irene Rizzini^{6*} aponta a complexidade e grau de desafio de reunir diversas fontes históricas para narrar as histórias que compõe a infância, uma vez que as fontes se encontram em espaços distintos e/ou pouco explorados. Tal fato contribui para que “a Arte de Governar crianças” tenha se constituído como um desafio teórico e histórico.

No que tange a estrutura da obra, esta se divide em três partes: **I.** Introdução e Bases de governar crianças; **II.** Pontos de partida para a história da assistência privada à infância no Brasil; **III.** O melhor filho do estado. Pontos de partida para uma história da assistência à infância no Brasil. Cada uma das partes se subdivide em capítulos redigidos por pesquisadores/as diferentes, com uma particularidade em comum, o uso de fontes históricas para narrar a infância através dos tempos.

Na introdução da obra Rizzini (2009) direciona os olhares dos/as leitores/as para as narrativas que compuseram historicamente a infância pobre no Brasil, deste modo, a pesquisadora nos sinaliza os caminhos que tecem essa história e que se cruzam na desigualdade social, má distribuição de renda, educação e saúde precária para a população pobre. Através de alguns

⁶ Professora e Pesquisadora da PUC-Rio.



pontos Rizzini (2009) faz um breve tour pela história, estes pontos são basilares para compreendermos a constituição histórica das crianças. Assim, temos:

- Criança, responsabilidade de quem?

É introduzida os sujeitos da história, as crianças pobres, desvalidas.

- Nas mãos dos jesuítas: evangelizar.

Os jesuítas são os primeiros a tratarem a se dedicarem a infância como algo em potencial, Rizzini (2009) traz, brevemente, a força da estrutura colonial que viu nas crianças ameríndias sujeitos fáceis de serem colonizados e colonizadores em potencial. Deste modo, dedicaram-se a evangeliza-las e/ou moldá-las a seu gosto.

- Nas mãos dos senhores: as crianças escravas

Num salto temporal Rizzini (2009) apresenta as crianças escravizadas, pontuando que estas não eram de interesse dos senhores de escravos, ainda destaca a mortalidade infantil como fator relevante da época. Ainda, que o abandono de crianças escravizadas era comum, visto que estas tinham pouco valor para os senhores.

- Nas mãos das câmaras municipais e da Santa Casa de Misericórdia: as crianças expostas

Neste ponto é abordado a Roda dos expostos, mecanismo adotado pelas Santas Casas de Misericórdia para acolher crianças abandonadas pelos seus responsáveis, sejam por serem bastardas e/ou por conta da pobreza que atingia o país neste período (1726).

- **Nas mãos dos asilos**

Os asilos são entendidos por Rizzini (2009) como um dos primeiros processos de institucionalização e controle social de crianças. Aqui os primeiros indícios de que as crianças desvalidas são tendenciosamente perigosas, por esse motivo são recolhidas pelos asilos para que sejam educadas.

- Nas mãos dos higienistas e filantropos

Surgimento da Puericultura, movimento majoritariamente composto por médicos preocupados com a mortalidade das crianças no Brasil. Deste movimento nascem os Institutos de Proteção e Assistência a infância (1901), ao contrario da caridade, a filantropia utilizava-se de conhecimentos com base científica e ao direcionarem seus atendimentos as crianças desvalidas projetavam resultados futuros.

- **Nas mãos dos tribunais, polícia e patrões**

Nesses três pontos, o sentimento de que a infância pobre era perigosa já estava difundida pelo Brasil, deste modo influenciados por movimentos internacionais inicia-se um novo processo no país: a reeducação das crianças a partir da institucionalização. Pelos juristas: o Código de menores. Pelos policiais: a limpeza das ruas, ou seja, recolhimento dos menores. Pelo patronato: o uso da mão de obra barata por crianças e mulheres.

- **Nas mãos da família**

Esse período foi marcado pela lenda de que famílias pobres não eram moralmente capazes de criar seus filhos/as e portanto exerciam influencias negativas às crianças. Deste modo ocorre em 1920 a autorização de o estado intervir no pátrio poder e no recolhimento de menores.

- **Nas mãos do clientelismo**

A criação do Serviço de Atendimento ao Menor (SAM) acarretou em parcerias entre público e privado, iniciam-se aqui também denúncias de corrupção contra a gestão dos recursos estatais passados ao SAM.

- **Nas mãos dos Juizes de Menores: o menor em situação irregular**

Substituição do Código de menores e centrou-se nos juizes de menores decidir acerca dos destinos dos menores irregulares.

- **Nas mãos da sociedade civil: crianças e adolescentes sujeitos de direitos**

Aqui temos um avanço jurídico do entendimento das crianças como sujeitos de direitos, avanço este articulado internacionalmente até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente na década de 1990.



Infância processo político no Brasil, dá nome ao primeiro capítulo. Vicente de Paula Faleiros, professor da Universidade de Brasília, faz um exercício de atrelar a infância aos percursos políticos pelos quais o Brasil transitou. Assim o Faleiros (2009) inicia suas discussões na república velha e finaliza com a relação público e privado no século XXI. Deste modo, o autor dialoga com os modos como as políticas instituídas nos diversos tempos históricos afetaram a infância de um modo geral, em todos os períodos percebemos um esforço em sinalizar as artimanhas políticas que requisitam os corpos das crianças pobres para o mercado de trabalho. Faleiros (2009) pontua que as alianças políticas travadas ao longo da história, com e/ou sem o apoio do Estado, fomentaram o controle social.

No capítulo II nomeado por Irene Rizzini como Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil, perpassa por diversos tempos histórico buscando elucidar os cuidados e/ou tratos para com a infância nas diversas esferas sociais. Partindo de 1822, Rizzini (2009) traz as visões sociais para as crianças escravizadas do período colonial ao Império. As autora salienta as mudanças políticas ocorridas no século XIX, principalmente os anos finais, mobilizaram alterações também em torno da infância. Juridicamente a autora destaca a lei do ventre livre como ponto de partida para reorganização social em torno da infância, já no final do século as crianças pobres e desvalidas passam representar um perigo para a sociedade.

Neste período a institucionalização das crianças ganha força, já no final do século um novo modo de pensamento ronda o imaginário social: as crianças são vistas como uma alternativa melhor para uma sociedade futura. Contudo, o fim da escravização sem alternativas de inclusão social para a população negra, grande ociosidade tomou conta da população acoplada aa visão deturpada do trabalho, cria-se o primeiro Código Penal brasileiro, este contemplara as crianças menores de idade, ou seja, crianças a partir de 9 anos. No século XX a autora destaca: a criação do código de menores; o uso do termo “menor” pelo judiciário; Escola de prevenção para menores. Por fim,



Rizzini (2009) aponta o governo sobre os corpos das crianças como medida protetiva para a sociedade.

Iniciando a parte dois do livro, Arantes⁷ (2009) se aventura pelos rumos da História do Brasil com o capítulo nomeado “Rostos das crianças no Brasil”. Neste espaço a autora perpassa os movimentos feitos desde os jesuítas, no século XVI, que contribuíram para o governo da infância. Deste modo, Arantes (2009) usa as cartas dos padres jesuítas para expor as estratégias de educação, controle dos corpos e mecanismo de evangelização utilizados por estes, denominadas como “remédios”, metáfora para justificar suas ações frente a povos doentes pela não civilidade e não crença cristã. A autora não se limita as crianças indígenas, faz também menção aos povos vindos da África e escravizados no Brasil.

Arantes (2009) traça ainda um percurso sobre as crianças expostas entre o século XVIII e XIX, trazendo dados estatísticos destes períodos, contudo, a autora não deixa de manifestar que a história das crianças pobres e desvalidas no Brasil perpassa pela caridade e pela filantropia. Deste modo, Arantes (2010) traça uma linha do tempo pontuando os principais marcos envolvendo tais categorias históricas, pontua ainda as preocupações sociais no que tange a educação de meninos e meninas. Já no século XX Arantes (2009) discute brevemente as instituições criadas para acolher crianças consideradas infratoras e/ou perigosas a sociedade, faz-se destaque a Fundação do Bem Estar do Menor (FUNABEM).

A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império, de Eva Teresinha Silveira Faleiros⁸, dá nome ao quarto capítulo do livro. Assim, a autora faz um resgate histórico desde o período colonial com foco específico nas crianças de cada momento. Assim, Faleiros (2009) traça as estratégias sociais utilizadas pelos senhores de escravizados/as e pelo Estado para atender as crianças pobres e escravizadas, nesse sentido a autora ainda destaca as medidas desesperadas tomadas pelas mães/escravizadas para livrar seus/as filhos/as da escravidão. Faleiros (2009) faz destaque para os

⁷ Professora do Departamento do Serviço Social da PUC-RIO, Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisa sobre Infância.

⁸ Mestre em serviço social, professora aposentada da UnB, diretora da ONG – inverso.



modos como a menoridade era compreendida pela sociedade e que, mesmo variando a cada período, possui forte influência da Igreja Católica a instituição compreendia que a partir dos 7 anos era a idade da razão e, portanto, a criança já poderia ser confessa de seus atos.

Seguindo, a autora traz os registros das Santas Casas de Misericórdia para discutir sobre as conduções sociais e educacionais das crianças, sendo estas educadas separadamente a partir do sexo. Ainda, classificações sociais faz crianças desvalidas eram realizadas no interior das Santas Casas de Misericórdia, pois nem todas as crianças desvalidas eram destituídas de sangue nobre, muitas eram “adotadas” por nomes importantes da época. Faleiros (2009) aponta as tensões políticas entre as Santas Casas de Misericórdia com as Câmaras Municipais pois a assistência a infância abandonada não se caracterizava enquanto política de governo, causando atrito nas relação entre público e privado. A autora finaliza apontando o peso histórico carregado pelas crianças pobres e negras perante aos arranjos sociais e políticos que as envolveram no decorrer dos anos.

Abrindo a terceira parte temos o quinto capítulo nomeado de Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas, produzido pela pesquisadora Irma Rizzini.⁹ A partir da instalação do regime republicano, as discussões em torno das novas configurações sociais começam a serem alvos de diversos movimentos sociais, como consequência as “casas/instituições de Educandos Artífices, As colônias Agrícolas, os asilos para meninos no Rio de Janeiro, os recolhimentos e asilos para meninos e meninas órfãos e desvalidos” (RIZZINI, 2009, P. 255) compõe a nova realidade brasileira. Na república, as crianças pobres e desvalidas fazem parte das discussões nas mais diversas esferas sociais, pois existe uma necessidade social latente de solucionar os problemas causados pela presença destas, deste modo Rizzini (2009), aponta marcos legais que nos auxiliam a compreender os processos que envolveram a assistência pública à infância até a Era Vargas.

⁹ Universidade Federal do Rio de Janeiro



Assim, Rizzini (2009) faz um levantamento da assistência pública apontando as marcas sociais deixadas por esta em cada período, deste modo vale destacar que a maturação do pensamento da proteção e assistência a infância foi sendo construída concomitantemente as relações políticas, econômicas e sociais enfrentadas, de modo que em cada momento histórico existe uma configuração distinta de atendimento a infância.

O pesquisador Arno Vogel¹⁰ com o texto: Do Estatuto ao estatuto. Propostas vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo, fecha o livro dando pistas do atendimento a infância na contemporaneidade. De tal modo que Vogel (2009) inicia suas discussões a partir de 1964, período em que o Brasil vive um Golpe Civil Militar. Assim, o autor complementa os textos anteriores, principalmente o texto de Irma Rizzini (capítulo quatro), passando pelas instituições fundadas para controle social dos corpos das crianças, até a chegar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Vale destacar que Vogel (2009) reconhece a importância da legislação atual que atende as crianças e adolescentes, no entanto, este não deixa de posicionar tal legislação não pode alterar as crueldades que envolvem a histórias das crianças no Brasil.

Destacamos que a segunda edição do livro “A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil” traz elementos importantes da composição da história das crianças no Brasil por pesquisadores/as com visões teóricas distintas. Os dados estatísticos trazidos pelos pesquisadores/as revelam a profundidade de pesquisas que antecedem a produção do texto como produto final, além de propor ao leitor/a noções materiais da história da infância. Contudo, destacamos que existe um esforço dos/as pesquisadoras de tratarem da infância das crianças negras, mas que estas são trazidas exclusivamente pela escravidão enquanto período histórico e/ou pela Lei do Ventre Livre, não percebemos esforços de racializar tais crianças para além desse período.

¹⁰ Professor titular do Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do estado – LESCE- e membro fundador do programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF.



Ainda, sinalizamos que já sendo uma segunda edição cujos esforços foram também para atualizar os dados trazidos na edição anterior, sentimos falta da adequação da linguagem no que tange a linguagem de gênero e a referência são tratadas em todo o texto enquanto escravas e não enquanto escravizadas.

Pamela Cristina dos Santos

s.pamelacristina@gmail.com

UFSC

Recebido em: 14/11/2018

Aprovado em: 25/07/2019

